



09 DE MAIO DE 2018 Quarta-feira

- ROBSON ANDRADE É ELEITO PARA NOVO MANDATO NA PRESIDÊNCIA DA CNI
- STF JULGA O PRIMEIRO PROCESSO CONTRA A REFORMA TRABALHISTA
- NOVA LEGISLAÇÃO TROUXE AS RELAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL PARA O SÉCULO 21. E AGORA?
- RELATÓRIO MANDA UNIÃO PAGAR SALÁRIOS A DEMITIDOS DE DISTRIBUIDORAS ELETROBRAS
- MPT RECOMENDA QUE EMBRAER E BOEING PRESERVEM EMPREGOS NO BRASIL
- ARTIGO: QUANTOS EMPREGOS SERÃO, AFINAL, ELIMINADOS PELA TECNOLOGIA?
- RECEITA NÃO TEM CÁLCULOS SOBRE MUDANÇA EM REGRA TRABALHISTA
- MARINA PROPÕE REFORMA TRIBUTÁRIA DESCENTRALIZADORA, CONSIDERA "DEMAGOGIA" BAIXAR IMPOSTOS
- PRODUÇÃO CAI EM 8 DE 15 LOCAIS EM MARÇO, DIZ IBGE; SP TEM ALTA DE 2%
- INDÚSTRIA DO RIO PUXA PRODUÇÃO INDUSTRIAL PARA BAIXO EM MARÇO, MOSTRA IBGE
- EMPRESAS AMERICANAS QUEREM MAIS NEGÓCIOS NO BRASIL, DIZ CÔNSUL DOS EUA
- BRASIL E PORTUGAL DISCUTEM FORMAS DE AMPLIAR GARANTIAS PARA EMPRÉSTIMOS A MPMES
- INOVAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA O SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, AFIRMA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MDIC
- BRASIL E MAIS 40 PAÍSES APRESENTAM MANIFESTO NA OMC CONTRA GUERRA COMERCIAL
- ACREFI DIZ ACREDITAR EM CRESCIMENTO DO CRÉDITO DA ORDEM 7% EM 2018

- ACREFI DIZ QUE CADASTRO POSITIVO BENEFICIA CIDADÃO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS
- TURBULÊNCIA NA ARGENTINA AFETA COMÉRCIO COM BRASIL, DIZEM ECONOMISTAS
- DÓLAR ESTÁ FICANDO FORTE NO MUNDO TODO, NÃO APENAS NO BRASIL, DIZ ILAN
- COM ALTA DO DÓLAR, EXPORTADORES E IMPORTADORES CORREM PARA 'TRAVAR' CÂMBIO
- FUNDOS DE INVESTIMENTO ULTRAPASSAM 14 MILHÕES DE CONTAS ATÉ ABRIL, DIZ ANBIMA
- MCLAREN CHEGA AO BRASIL COM CARROS DE ATÉ R\$ 8 MILHÕES
- EMBRAER REVELA PROJETO DE VEÍCULO AÉREO URBANO MOVIDO A ELETRICIDADE
- GERDAU REVERTE PREJUÍZO E TEM LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DE R\$451 MI NO 1º TRIMESTRE
- PSA USARÁ TRANSMISSÕES PUNCH POWERTRAIN EM FUTUROS ELÉTRICOS E HÍBRIDOS
- VENDA DE USADOS REGISTRA ALTA DE 5% ATÉ ABRIL
- CONTINENTAL CONFIRMA PRODUÇÃO DE ESC NO BRASIL
- VW CAMINHÕES DESENVOLVE 8X2 PARA COLETA DE LIXO
- MERCADO DE IMPLEMENTOS ACELERA MAIS RÁPIDO NO QUADRIMESTRE
- BMW E SENAI-SP VÃO ERGUER CENTRO TÉCNICO DE R\$ 3 MILHÕES

CÂMBIO		
EM 09/05/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,596	3,597
Euro	4,262	4,263

Fonte: BACEN

Robson Andrade é eleito para novo mandato na presidência da CNI

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O empresário Robson Braga de Andrade continuará à frente da presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) até 2022. O Conselho de Representantes da entidade o elegeu para um novo mandato para o período de 2018 a 2022. Andrade é presidente da CNI desde 2010.

A chapa eleita tomará posse no dia 31 de outubro. Além de Robson Andrade, a chapa tem cinco vice-presidentes executivos, que representam cada uma das regiões do País.

São eles: o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf; o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antonio Carlos da Silva; o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep), Francisco de Assis Gadelha; o membro do Conselho de Representantes da CNI, na qualidade de delegado da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira; e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Glauco José Côrte.

STF julga o primeiro processo contra a reforma trabalhista

09/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ação apresentada pela PGR questiona fim da gratuidade; Justiça de SP já aplicou punição a trabalhadora de Guarulhos



Carteira de trabalho e previdência social - Gabriel Cabral-6.dez.2017/Folhapress 9.mai.2018 às 2h00

O TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região), com jurisdição na Grande São Paulo, condenou uma trabalhadora beneficiada pela Justiça gratuita ao pagamento de custas processuais. Ela faltou à primeira audiência de uma ação trabalhista sem apresentar uma justificativa.

A reforma trabalhista, em vigor desde 11 de novembro de 2017, ordena o pagamento das custas judiciais —2% do valor da causa.

O artigo, porém, é considerado inconstitucional pela PGR (Procuradoria-Geral da República) sob a alegação de dificultar o acesso à Justiça gratuita e vai a julgamento nesta quarta-feira (9) no STF (Supremo Tribunal Federal). É a primeira vez que a corte vai analisar uma ação contra a reforma trabalhista.

A trabalhadora de Guarulhos foi condenada a pagar R\$ 592,96, por decisão do juiz Wassily Buchalowicz, da 11ª Vara do Trabalho. O caso foi arquivado. No julgamento do recurso, o TRT manteve a decisão de primeira instância. Procurado, o advogado da funcionária não foi encontrado.

A reforma trabalhista incluiu uma regra na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que só permite que a reclamante entre com uma nova ação contra o empregador caso quite o pagamento das custas.

“No presente caso, ainda que o reclamante faça jus ao benefício da Justiça gratuita, ante a apresentação de declaração de hipossuficiência [pobreza], a sua concessão é irrelevante, ou inócua, pois a atual redação do texto celetista é cristalina ao firmar que o reclamante injustificadamente ausente à audiência arcará com o pagamento das custas processuais”, escreveu a relatora do acórdão, Maria José Bighetti Ordoño Rebello.

A decisão na 1ª Turma do TRT-2 foi acompanhada pela desembargadora Lizete Belido Barreto Rocha. A juíza Sueli Tomé da Ponte foi voto vencido.

O professor de direito do trabalho da FGV Direito Rio Mauricio Tanabe, sócio do escritório Campos Mello, diz que a decisão é objetiva. “A maioria das decisões é favorável ao trabalhador. Hoje há momento de instabilidade. Os tribunais estão controversos, mas o TRT de São Paulo é mais técnico.”

De acordo com ele, a Constituição garante a gratuidade da Justiça, e a CLT trouxe critérios objetivos no acesso. “Não é uma aplicação automática, precisa de justificativa plausível. O tribunal manteve porque entendeu que juiz de primeiro grau analisou tecnicamente.”

Na ação direta de inconstitucionalidade ajuizada em agosto de 2017, logo após a aprovação da reforma trabalhista e antes mesmo de sua vigência, a PGR, ainda sob comando de Rodrigo Janot, afirma que essa regra “padece de vício de proporcionalidade e de isonomia, por impor restrição desmedida a direitos fundamentais, a pretexto de obter finalidade passível de alcance por vias processuais menos restritivas”.

“De forma geral, a reforma tornou o processo mais oneroso para o empregado, e o acesso à Justiça gratuita, mais trabalhoso, mas também mais justo, porque o trabalhador vai precisar comprovar que de fato tem dificuldade para pagar as custas”, diz Luiz Marcelo Góis, sócio da área de direito trabalhista do escritório BMA.

No entendimento do professor de direito do trabalho da USP Flávio Roberto Batista, a nova regra da CLT instala clima de medo.

“O trabalhador comum não sabe avaliar se a condenação em pagar as custas teve ou não teve motivo e qual foi. O que chega a ele é que esse risco existe e isso, por si só, desestimula o ingresso no Judiciário”, afirma Batista. De acordo com o professor da USP, razões variadas explicam uma ausência.

“O trabalhador pode ter tido um problema de saúde, que impede seu deslocamento, mas que não gera atendimento médico, pode ter furado o pneu do carro, pode ter quebrado o ônibus no trajeto, pode não ter dinheiro para pagar o transporte público, se estiver desempregado”, diz Batista.

Nova legislação trouxe as relações do trabalho no Brasil para o século 21. E agora?

09/05/2018 – Fonte: Relações do Trabalho

A cautela das empresas em adotarem o home office em pleno século 21 parece um contrassenso, mas é um sintoma da insegurança enfrentada por organizações interessadas em regimes mais flexíveis de trabalho. Até a aprovação da reforma trabalhista, em julho de 2017, sua adoção esbarrava em riscos que, em muitos casos, não compensavam seus benefícios. O teletrabalho é praticado e abonado pela Justiça do Trabalho, desde 2012, que reconhece o efeito positivo sobre o clima organizacional da instituição e para a qualidade de vida de seus servidores.

No 10º capítulo da série especial sobre a Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, o tema é Relações do Trabalho. Entre os fatores-chave da competitividade, este talvez seja o que mais evoluiu, nos últimos cinco anos, com marcos significativos como a regulamentação da terceirização e a modernização das leis do trabalho, na forma da Lei nº 13.467/17, a chamada reforma trabalhista. No entanto, ainda pairam incertezas sobre se as empresas terão a necessária tranquilidade e segurança para aplicarem o que está na legislação.

“O discurso contrário à reforma balançou, trouxe insegurança. Há aqueles que fazem isso sem pudor, dizendo que se rasgou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Não é verdade, mas há muito barulho, embora sem muita representatividade. A reforma tem de ser praticada de forma responsável. Nosso ponto é legalidade com imparcialidade, é o que esperamos da Justiça e o que temos percebido”, conta o advogado Wolnei Ferreira, diretor Jurídico da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH).

Um estudo recente do banco Itaú dá dimensão dos potenciais efeitos positivos para a economia decorrentes da implementação efetiva da modernização da legislação trabalhista. Segundo o levantamento, o Brasil deve saltar da 117ª posição, no ranking de 137 países de competitividade do Fórum Econômico Mundial, para a 86ª no fator Eficiência do Mercado de Trabalho.

Em subfatores como a “cooperação empregado-empregador” – diretamente relacionado ao prestígio ao diálogo nas relações do trabalho – a melhora na percepção é ainda mais significativa: um ganho de 62 colocações, para 56º lugar no ranking.

As relações de trabalho e a competitividade no mundo

Quando o assunto é eficiência do mercado de trabalho, o Brasil tem desvantagem em ranking mundial

País	Posição
Suíça	1º
Estados Unidos	4º
China	39º
Rússia	49º
Coreia do Sul	77º
África do Sul	97º
Brasil	117º
Argentina	130º

Mas cenário pode melhorar com a reforma trabalhista

Evolução do ranking com efetivação da nova legislação e outros efeitos sobre a economia

	Nova posição	Variação
Eficiência do mercado	86º	31 posições
Cooperação empregado-empregador	56º	62 posições
Remuneração e produtividade	42º	46 posições
Flexibilidade de salários	94º	25 posições
Participação de mulheres	64º	23 posições

Estímulo ao crescimento

PIB per capita	↑	3,2%
Desemprego	↓	1,4 p.p. com 1,5 milhão de empregos criados em quatro anos

Fontes: World Competitiveness Report 2016-2017 e Reforma Trabalhista: Potenciais impactos/Itaú 2017

“Embora a avaliação absoluta ainda seja ruim, a evolução significará um grande salto em termos relativos, puxando o Brasil para uma posição bem mais atraente”, analisa Carlos Arruda, coordenador do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral, responsável por aplicar a pesquisa do Fórum no Brasil.

“Competitividade não é o resultado do PIB. Competitividade são as condições que o país oferece para as empresas operarem no país. O trabalhista é o fator em que o Brasil teve o maior avanço, mas esta é uma agenda da qual vimos de um histórico muito frágil”, afirma.

Ainda que parem expectativas e incertezas sobre a efetiva aplicação das inovações trazidas pela reforma trabalhista, há sinais animadores de que entraves antigos à melhora do ambiente de negócios poderão ser superados. Antes da nova legislação, em vigor desde 11 de novembro de 2017, a Justiça do Trabalho registrava 9,5 milhões

de processos em tramitação, o equivalente a uma ação trabalhista para cinco trabalhadores com carteira assinada.

Dados recentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no entanto, sinalizam para uma melhora importante na redução do conflito nas relações do trabalho. No primeiro bimestre de 2018, o número de novas ações ajuizadas nas varas do Trabalho caiu de 382 mil para 210 mil, uma redução de 45%, em relação ao mesmo período do ano passado.



Fontes: Movimentação Processual das Varas do Trabalho, Fevereiro/18 - TST

Além disso, empregados e empregadores recorreram à demissão por acordo, outra inovação da nova legislação, mais de 20,4 mil vezes no mesmo intervalo. Ambos os dados apontam para a busca de alternativas para a solução de conflitos e a consequente queda na judicialização das relações do trabalho no Brasil.

“A nova legislação mostra, com clareza, que as aventuras jurídicas estão sendo desestimuladas. A consequência da redução de conflitos é a maior segurança de contratar novos trabalhadores e de como contratá-lo, de acordo com as novas modalidades que foram regulamentadas”, afirma Alexandre Furlan, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Novas relações do trabalho

Uma das principais expectativas em relação aos avanços recentes na legislação trabalhista é o respeito ao que for legitimamente negociado, entre empresas e empregados, no ajuste de condições e rotinas de trabalho. Isto é, se uma categoria celebrar um acordo prevendo determinado modelo de banco de horas, pelo parcelamento do 13º salário em vez do pagamento no fim do ano, ou por regimes flexíveis de jornada – por exemplo –, é preciso ter a segurança de que o que for pactuado terá de ser reconhecido e respeitado.

A nova legislação avançou ao estabelecer limites claros para que o negociado prevaleça ao legislado, dando menos margem para interpretações subjetivas e preservando, explicitamente, a negociação dos direitos consagrados na Constituição.

A reforma trabalhista e as expectativas da indústria

Os principais efeitos esperados pelo empresário industrial

Aumento da segurança jurídica	→	73%
Aumento do investimento	→	62%
Geração de empregos	→	70%

Fontes: Sondagem Especial: Reforma Trabalhista/CNI

Advogado e doutor em Direito do Trabalho, Fernando Hugo Miranda avalia que as mudanças recentes na legislação caminham na direção de reformas recentes feitas em países da Europa Ocidental na tentativa de atualizar seus marcos, compatibilizando-os às novas relações do trabalho.

“Assim como nós, a Europa regula muito o Direito do Trabalho, em que a lei sempre prevaleceu sobre o negociado. Mas essa é uma tendência que começa a ser alterada, mudando para um modelo muito próximo ao que foi feito pela reforma trabalhista: a ideia de definir as normas que podem ser alteradas por negociação coletiva, com o negociado prevalecendo sobre o legislado naquilo que não é proibido”, explica.

Clareza e previsibilidade

Interpretações diversas e imprevisíveis da legislação trabalhista por parte do Judiciário não são a única fonte de insegurança jurídica para as empresas. A profusão de alterações na legislação, por sua vez, tem sido um fato de aumento de custos para o setor produtivo, que se vê obrigado a manter grandes equipes jurídicas para acompanhar as mudanças e para evitar eventuais demandas judiciais. Reduzir os chamados “custos de conformidade” é um dos grandes desafios para aprimorar as relações de trabalho no Brasil.



“

O que se colocou com as reformas são conceitos difundidos mundialmente. O fracionamento de férias em três períodos era um anseio verdadeiro, mas que a lei impedia. ”

Wolnei Ferreira
Diretor Jurídico da Associação
Brasileira de Recursos Humanos

Levantamento feito pela CNI nas mudanças na legislação trabalhista nos últimos três anos dá ideia do cenário móvel com que têm de lidar empresários diariamente. Em 2017, por exemplo, foram aprovadas 136 regras para o mundo do trabalho, entre novas e alterações em existentes, o que equivale a uma alteração a cada 2,6 dias.

“Há um custo enorme de conformidade que as empresas têm de arcar para acompanhar e cumprir um universo tão vasto de normas. Quando conseguirmos racionalizar esse quadro, vamos conseguir dar um grande passo, conseguindo, inclusive, remunerar melhor o trabalhador”, pondera Alexandre Furlan.

Ampla, complexa e em constante transformação

A Legislação trabalhista é extensa e mudanças frequentes elevam custo de cumprimento das normas

Arcabouço jurídico trabalhista

Mais de...

- ...900 artigos na CLT
- ...200 leis esparsas
- ...900 enunciados de jurisprudência do TST
- ...90 convenções da OIT ratificadas

Novas regras para mundo do trabalho

	Alteradas	Novas	Total.
2015	37	39	76
2016	38	27	65
2017	66	70	136

1 NOVA REGRA A CADA 2,6 DIAS

Fonte: CNJ/Elaborado com dados da legislação e do Ministério do Trabalho

Relatório manda União pagar salários a demitidos de distribuidoras Eletrobras

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O relatório da Medida Provisória 814/2017, que trata das distribuidoras da Eletrobras, manteve a obrigação da União de pagar, por dois anos, salários para os empregados que forem demitidos após a venda das empresas. Mas a nova proposta, apresentada pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ) nesta terça-feira, 8, limita os salários ao teto pago pela Previdência, atualmente em R\$ 5.645,81. Ainda segundo o relatório, a União poderá gastar, no máximo, R\$ 290 milhões com essas indenizações.

O deputado disse que esse limite era necessário porque “existem salários de muito mais do que R\$ 30.000,00” nas distribuidoras da Eletrobras. “Como estamos fazendo uma indenização complementar de dois anos, estamos fazendo com um teto, que não tinha sido colocado no primeiro relatório. Ao examinarmos melhor o impacto e o que seria justo para a sociedade brasileira, resolvemos limitar ao teto da Previdência”, afirmou o deputado. Segundo ele, esse limite “é moralizador e vai conter excessos.”

Questionado sobre se a iniciativa não poderia criar um precedente perigoso para a União, já que essa indenização não foi paga aos empregados da distribuidora goiana Celg após a privatização, o deputado respondeu que as situações são diferentes. “Claro que não. Aquele momento foi um momento, e a lei agora está se referindo e especificando exatamente onde ocorrerá a indenização, que são as empresas do sistema da Amazônia, onde a realocação de pessoal seria muito difícil”, disse.

Essa emenda foi incluída a pedido do presidente da comissão especial, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

O deputado manteve as propostas que aumentam os custos da energia para o consumidor, como o reajuste das tarifas da usina nuclear de Angra 3, que pode dobrar de preço. A usina já consumiu bilhões em investimentos, e as obras foram paralisadas após a constatação de desvio de recursos e a prisão de executivos da companhia envolvidos em corrupção. Segundo o deputado, essa medida é necessária para a retomada das obras e para gerar interesse de parceiros internacionais.

Lopes também manteve a proposta que eleva o preço do gás vendido pela Petrobras para termelétricas mais antigas, contratadas na época do racionamento, e a criação do Dutogas, fundo que vai tirar recurso da saúde e da educação para a expansão de gasodutos.

Baixa Renda

Lopes propôs mudanças nas regras do programa Tarifa Social, que promove descontos escalonados na conta de luz de clientes de baixa renda. Hoje, os descontos variam conforme a faixa de consumo mensal, limitado a 220 kWh por mês, e aqueles que consomem até 30 kWh por mês têm direito ao maior desconto, de 65%.

Pessoas inscritas no cadastro único de programas sociais do governo e aqueles que recebem benefício de prestação continuada (BPC) têm direito à conta de luz mais

barata. Ao todo, são 8,3 milhões de beneficiários, mas o sistema, segundo ele, é “uma bagunça enorme”, pois cabe aos municípios cadastrarem as famílias.

A proposta do deputado prevê isenção para os clientes que consumirem até 60 kWh por mês. No relatório original, apresentado há duas semanas, a isenção seria para consumo de até 80 kWh mês, mas o índice foi reduzido devido ao aumento de custos que o programa geraria, após críticas do governo e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo o deputado, os consumidores de baixa renda consomem, em média, 135 kWh por mês. “Tenho muita convicção de que ainda que chegássemos à isenção para o consumo até 80 kWh, ainda assim teríamos economia, pois hoje o sistema não tem nenhum tipo de controle e monitoramento”, afirmou.

Ainda de acordo com Lopes, a proposta prevê que os clientes de baixa renda tenham que informar o CPF e aceitar que os dados sejam públicos, o que permitiria mais controle para o governo e o cliente.

Lopes também manteve, em seu relatório, a possibilidade de que a União antecipe a renovação dos contratos de concessão de usinas hidrelétricas da Eletrobras e os prorrogue por mais 30 anos. Em sua proposta, metade da outorga a ser paga pela usina de Tucuruí, que seria abrangida pela proposta, seria destinada para abater aumentos de custos nas contas de luz dos consumidores.

MPT recomenda que Embraer e Boeing preservem empregos no Brasil

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério Público do Trabalho recomendou à Embraer e à norte-americana Boeing que incluam expressamente “salvaguardas trabalhistas” no acordo comercial que vem sendo negociado entre as empresas.

O pedido do órgão tem como objetivo impedir que, em um eventual acordo, a Boeing decida pela transferência das atividades produtivas ao exterior e prejudique o nível de emprego no Brasil.

Na notificação recomendatória, o Ministério Público do Trabalho afirma que os fatos apurados, em conjunto com os “elementos de convicção” dos procuradores, apontam para uma possível redução dos postos de trabalho na Embraer ou mesmo “o encerramento de suas unidades produtivas no Brasil, com a transferência de tecnologia e profissionais altamente qualificados para fora do País”.

O órgão informa que começou a atuar preventivamente no mês passado, com as notícias da imprensa veiculando a venda da unidade de aviação comercial da fabricante brasileira.

A preocupação está no fato de a Boeing concentrar suas plantas industriais de montagem final de aeronaves nos Estados Unidos, “o que sugere uma política corporativa de manter tal tipo de atividade em território norte-americano”, diz o documento expedido.

O Ministério Público do Trabalho também recomendou que as empresas informem aos sindicatos que representam os funcionários da Embraer sobre os possíveis impactos, aos empregos, das negociações em andamento e do acordo comercial que poderá ser firmado. Foi pedido ainda que as fabricantes recebam sugestões dos sindicatos a respeito do tema.

A notificação cita uma audiência pública realizada neste ano em Comissão do Senado, durante a qual representantes dos sindicatos dos metalúrgicos de São José dos

Campos e de Botucatu afirmaram que o eventual acordo entre Boeing e Embraer poderia afetar cerca de 18 mil funcionários e gerar riscos a postos de trabalho.

As empresas têm 15 dias para informar sobre o cumprimento da recomendação e apresentar informações adicionais. “A não observância das recomendações expedidas podem implicar a adoção de todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis em face dos responsáveis”, afirma o órgão.

Artigo: Quantos empregos serão, afinal, eliminados pela tecnologia?

09/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Estimativas variam, mas mais importante que achar o número mágico é preparar trabalhador



Veículo autoguiado carrega bateria sob Chevrolet Bolt em fábrica em Lake Orion, Michigan - Rebecca Cook - 19.mar.18/Reuters

É difícil pesquisar trabalhos sobre o número de empregos ameaçados pela tecnologia e não terminar com um nó mental e alguma dose de angústia.

Há estimativas para todos os gostos e recortes metodológicos. Os economistas Carl Benedikt Frey e Michael Osborne, que fizeram uma das primeiras avaliações sobre o tema, em 2013, concluíram que quase metade das vagas nos Estados Unidos corria sério risco.

A pesquisa inspirou uma leva de estudos subsequentes que buscam aprimorar seu método de cálculo. vulneráveis por abrigar uma parcela maior de empregos repetitivos de baixa qualificação.

Além disso, mesmo os estudos recentes com projeções mais modestas sobre os empregos com alta chance de sumir indicam que outra parcela substancial de ocupações passará por grande transformação.

Isso significa que os profissionais que atuam nessas áreas —assim como os que terão suas vagas eliminadas— precisarão de reciclagem para se adaptar às exigências das profissões em mutação.

À medida que a reflexão avança, fica claro que muito mais importante do que achar o número mágico das profissões que serão extintas é tentar desvendar o perfil das ocupações novas e das modificadas e preparar os trabalhadores para o que vem pela frente. Nesse ponto da discussão, os verdadeiros, enormes e preocupantes desafios se tornam evidentes.

Os trabalhos mais recentes —que incluem outros países— trazem estimativas menos catastróficas, apontando para algo entre 10% e 15% dos postos de trabalho sob a mira da automação. Mas isso não significa que essas projeções mais modestas sejam alentadoras. As razões para desconforto são muitas.

Para começar, 10% dos postos de trabalho de um país não são pouca coisa. E o risco varia bastante de um lugar para outro. As nações menos desenvolvidas parecem mais

Pesquisa recente da OCDE (grupo de países desenvolvidos e alguns emergentes) mostra que os trabalhadores mais vulneráveis são os que menos têm sido preparados.

Segundo o levantamento, a probabilidade de profissionais em ocupações com altíssima chance de automação receber treinamento no próprio trabalho era equivalente a um terço da dos que atuavam em áreas com baixo risco de serem eliminados pela tecnologia.

Os empregados mais vulneráveis também possuíam probabilidade muito menor de ter participado de educação formal ou à distância. Outra fragilidade nossa em meio às mudanças que já têm ocorrido é o desconhecimento sobre o tipo de formação necessária.

Daron Acemoglu, economista badalado e uma das vozes mais respeitadas nesse campo, ressalta isso em um trabalho recente com Pascual Restrepo: "Mais do que uma falta geral de habilidades, o problema pode ser que trabalhadores estejam adquirindo o tipo errado de habilidades", escreveram os pesquisadores do MIT.

Segundo eles, a inteligência artificial e outras tecnologias de automação podem exigir uma combinação entre domínio numérico, habilidade comunicativa e capacidade de resolução de problemas diferente da oferecida pelos currículos atuais.

Mas nem a dupla nem seus pares parecem ter ainda a resposta sobre a fórmula ideal de capacitação:

"Há pouca informação concreta sobre que tipos de habilidades as novas tecnologias irão complementar, o que indica a importância de mais trabalho empírico nessa área", concluem os dois economistas.

O que há de pista sobre o assunto indica que os novos empregos demandam uma boa dose de habilidades sociais e emocionais, além de sólida formação básica em matemática e linguagem.

Uma das perguntas que se pode extrair de tudo isso para o contexto brasileiro é: com péssima formação básica, será possível avançar na parte boa da quarta revolução industrial, que envolve inovação e a consequente geração de emprego altamente sofisticado (podendo compensar, em parte, a eliminação de cargos rotineiros de baixa qualificação)? Ou estamos destinados a apenas amargar as consequências negativas das rápidas mudanças em curso no mundo do trabalho?

Érica Fraga - Jornalista escreve semanalmente sobre educação e desenvolvimento econômico.

Receita não tem cálculos sobre mudança em regra trabalhista

09/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Até 2017, sinistros de itinerário eram incluídos na conta de quanto cada empresa devia ao INSS

A Receita não tem projeções do impacto da retirada de acidentes de trajeto do cálculo dos valores que as empresas precisam pagar à Previdência.

Um sinistro de itinerário é considerado, pelo governo, como uma ocorrência de trabalho. Até 2017, eles eram incluídos na conta de quanto cada empresa devia ao INSS.

Se uma companhia registra muitos acidentes, paga mais. No extremo, o valor dobra.



Engavetamento com 36 veículos na rodovia Carvalho Pinto (SP-70) em Jacareí (SP) - Nilton Cardin/Folhapress

O Conselho Nacional de Previdência, com base no entendimento de que empregadores não controlam o ambiente externo, decidiu tirar desse cálculo os acidentes que aconteceram no caminho.

“Já cobramos qual será esse montante, mas não nos deram reposta”, diz Andrea Gato, representante dos aposentados no Conselho.

Gato e os conselheiros ligados aos empregados foram contrários à mudança, sob o argumento de que há acidentes de trajeto causados por excesso de trabalho.

“Para medir esse impacto será preciso extrair do sistema as informações sobre acidente de trajeto”, afirma Vanderley Maçaneiro, da Anfip (associação de auditores da Receita Federal).

A diferença para cada empresa será grande se ela tiver índices mais altos que as outras mesmo setor.

Sinistros no caminho têm representado porcentagem crescente de ocorrências identificadas nos últimos anos, de acordo com a Previdência foram 23% do total em 2016.

Antes da mudança, as empresas já tentavam impugnar cobranças cujo cálculo continham esses acidentes, diz Rodrigo Campos, do Demarest.

“Nunca entendemos que ocorrência durante o percurso pudesse ser considerada [no cálculo], porque a ideia é gerenciar o risco dentro do seu próprio local de trabalho.”

Marina propõe reforma tributária descentralizadora, considera "demagogia" baixar impostos

09/05/2018 – Fonte: Reuters

A pré-candidata da Rede à Presidência da República, Marina Silva, afirmou nesta terça-feira que, se eleita, irá propor uma reforma tributária que descentralize os recursos para aumentar a independência de Estados e municípios em relação à União, e afirmou que considera “demagogia” reduzir impostos em um país com tantas necessidades básicas como o Brasil.

Pré-candidata da Rede à Presidência da República, Marina Silva 08/05/2018 REUTERS/Ricardo Moraes

A ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente disse que sua proposta de reforma tributária, além da descentralização, terá como um dos princípios que aqueles que ganham menos não podem pagar mais e visará a simplificação e a transparência.

“A reforma tributária que queremos não irá aumentar impostos, mas também não vai diminuir. Seria uma demagogia um país com a crise que temos, com a necessidade de serviços básicos tão importantes, diminuir impostos, mas há o compromisso sim de

que não vamos aumentar”, disse Marina a repórteres após discursar em evento da Frente Nacional de Prefeitos com presidenciáveis.

Terceira colocada nas duas últimas eleições presidenciais, Marina apareceu na liderança em empate técnico com o deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ) nos cenários sem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na pesquisa do Datafolha realizada mês passado. Um pouco atrás estava o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa (PSB), que anunciou nesta terça que não será candidato.

Marina disse respeitar a decisão de Barbosa de não concorrer, e afirmou que vai aguardar a “dinâmica interna” do PSB, partido pelo qual concorreu à Presidência em 2014, agora que Barbosa não irá concorrer.

A candidata da Rede defendeu a mudança para um novo tipo de pensamento no governo como solução para o país sair da “grave crise política e econômica que atravessa, segundo ela, afirmando que não se resolve o problema repetindo como solução aqueles que criaram o problema.

“A visão que criou o problema não tem como resolver o problema, a gente precisa de uma outra visão”, disse. “Esse é o meu compromisso. As coisas boas a gente preserva, as coisas erradas a gente corrige e as coisas que ainda não foram feitas a gente começa a fazer.”

Produção cai em 8 de 15 locais em março, diz IBGE; SP tem alta de 2%

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Estado de São Paulo, maior parque industrial do País, registrou avanço de 2,0% na indústria local na passagem de fevereiro para março, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, divulgados nesta quarta-feira, 9, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve quedas em oito dos 15 locais pesquisados

Na média nacional, a produção da indústria recuou 0,1% na mesma comparação, conforme divulgado na semana passada.

Os recuos mais acentuados foram registrados por Bahia (-4,5%), Rio de Janeiro (-3,7%) e Região Nordeste (-3,6%). Santa Catarina (-1,2%), Rio Grande do Sul (-0,9%), Paraná (-0,9%), Minas Gerais (-0,5%) e Ceará (-0,2%) completaram o conjunto de locais com índices negativos em março de 2018, informou o IBGE.

Na contramão da produção industrial nacional, além da alta de 2,0% em São Paulo, houve incremento da atividade na passagem de fevereiro para março no Pará (9,0%), Mato Grosso (4,7%), Espírito Santo (2,8%) e Amazonas (2,6%). As demais taxas positivas foram registradas em Goiás (1,2%) e Pernambuco (0,2%).

Na comparação de março com igual mês do ano anterior, o setor industrial mostrou crescimento de 1,3% em março de 2018, com altas em sete dos 15 locais pesquisados pelo IBGE.

A produção na indústria paulista avançou 4,0% nessa ótica de comparação. “Vale citar a influência do efeito calendário, já que março de 2018 (21 dias) teve dois dias úteis a menos do que igual mês do ano anterior (23)”, diz a nota divulgada pelo IBGE.

Além de São Paulo, Amazonas (24,3%) e Pará (10,1%) assinalaram as expansões mais intensas. Mato Grosso (3,4%), Ceará (2,4%) e Santa Catarina (2,0%) também cresceram acima da média nacional (1,3%). Pernambuco (0,9%) completou o conjunto de locais com alta na produção nesse mês.

Na contramão, Bahia (-5,3%), Rio Grande do Sul (-4,9%) e Minas Gerais (-4,6%) tiveram os recuos mais elevados em março ante março de 2017. Os demais resultados negativos foram na Região Nordeste (-3,6%), Goiás (-2,5%), Espírito Santo (-2,4%), Paraná (-2,0%) e Rio de Janeiro (-0,3%).

Indústria do Rio puxa produção industrial para baixo em março, mostra IBGE

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O desempenho da indústria do Rio de Janeiro puxou para baixo a produção industrial de março, mostram os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, divulgados nesta quarta-feira, 9, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção da indústria fluminense encolheu 3,7% ante fevereiro e 0,3% em relação a março de 2017.

Segundo André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, o desempenho do Rio foi marcado pelo fato de manter em seu parque fabril plantas de setores que tiveram atividade fraca em março, como a fabricação de bebidas e fármacos.

Os demais locais que apresentaram queda na produção foram afetados por produzir bens intermediários (como produtos de metalurgia e celulose), cujo desempenho negativo foi o principal motivo para a queda na produção industrial de março.

Macedo informou ainda que o apagão de energia elétrica que atingiu Estados do Norte e do Nordeste também contribuiu para o desempenho de locais como Bahia (queda de 4,5%) e Região Nordeste (reco de 3,6%) ficarem com desempenho pior do que o da indústria nacional.

Empresas americanas querem mais negócios no Brasil, diz cônsul dos EUA

09/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Alta do dólar e maior otimismo com mercado brasileiro atraíram investidores do país



Ricardo Zuniga, cônsul-geral dos EUA no Brasil - Bruno Poletti/Folhapress

Nos dois últimos anos, a presença de produtos americanos importados tem aumentado nas gôndolas de supermercados e nos cardápios de restaurantes brasileiros, diz o cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, Ricardo Zuniga.

Ainda assim, a demanda pelo consumo é muito maior e há cada vez mais interesse de empresas americanas em começarem a fazer negócios no Brasil.

“Vemos oportunidades em vários segmentos do agronegócio, especialmente no setor de carnes”, diz Zuniga, durante evento na maior feira de supermercado do mundo, a Apas, que acontece nesta semana na capital paulista.

De acordo com o cônsul, há cinco anos companhias de processamento de carnes se preparavam para começar as importações para o Brasil. As primeiras vendas, no entanto, começaram há 18 meses, pela operação americana da JBS.

Hoje, além da JBS EUA, seis empresas já fornecem ao mercado brasileiro, entre elas a Creekstone, Tysons e Quirch.

Elas exportam para o país principalmente partes dos animais que não tem tanta saída no mercado americano, como picanha, maminha e fígado. E acabam importando outros cortes que são mais consumidos por lá.

“Mas é importante lembrar que a maneira como o gado é alimentado nos Estados Unidos, com milho, concede mais maciez e menos gordura à carne, que tem um sabor diferente”, afirma Clay Hamilton, ministro conselheiro do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

A alta da moeda americana frente à moeda brasileira e o otimismo com a retomada da economia do país estão entre os motivos que têm atraído investidores americanos para o Brasil.

Em 2017, os Estados Unidos exportaram cerca de R\$ 5,1 bilhões em produtos agroindustriais para o Brasil, desde commodities a produtos para o consumidor final. Bebidas e alimentos vindos do mercado americano representaram R\$ 870 milhões em vendas, com itens que incluem vinhos, chocolates, cervejas e produtos lácteos.

Em relação às sobretaxas impostas por Trump e que hoje estão em negociação com o governo brasileiro, ele diz que não há preocupação, uma vez que seria bem comum Brasil e Estados Unidos terem de chegar em acordos, que sempre são bem-sucedidos, como ocorreu no caso do etanol.

Brasil e Portugal discutem formas de ampliar garantias para empréstimos a MPMEs

09/05/2018 – Fonte: MDIC

Secretário especial de Micro e Pequena Empresa (Sempe) do MDIC, José Ricardo da Veiga, e vice ministra da Indústria de Portugal, Ana Lehmann, concordaram em ampliar cooperação bilateral para desenvolver Sistema do Sistema Nacional de Garantias (SNG) brasileiro

Na tarde desta segunda-feira, equipes técnicas de Brasil e Portugal discutiram como ampliar cooperação bilateral com o objetivo de implementar o Sistema do Sistema Nacional de Garantias (SNG), que está previsto na LC nº 123, lei que instituiu o estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Apesar de previsto em lei, o SNG ainda precisa ser regulamentado. As discussões foram chefiadas pelo secretário especial de Micro e Pequena Empresa (Sempe) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), José Ricardo da Veiga, e pela vice ministra da Indústria de Portugal, Ana Lehmann. Os dois concordaram em ampliar cooperação bilateral para desenvolver Sistema do Sistema Nacional de Garantias (SNG).

Foram três horas de workshop, no MDIC, em Brasília, com foco no sistema de garantias de Portugal, considerado modelo para diversos países no apoio a pequenas empresas. Participaram do evento, órgãos que vão estruturar o sistema brasileiro de garantias, como o Ministério da Fazenda, Casa Civil da Presidência da República, Banco Central, Sebrae, Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) e a Confederação Nacional da MPEs (Conampe).

“Ficou muito clara a necessidade de o Brasil organizar seus veículos de garantias já existentes. Temos vários fundos e sociedades garantidoras mas é papel do governo federal organizar o sistema, hierarquiza-lo e estabelecer um fundo de segundo piso

para resseguro. A Sempe vai ser a grande articuladora desse trabalho”, informou o secretário José Ricardo da Veiga depois da reunião.

“Hoje foi o início da construção do Sistema Nacional de Garantias brasileiro. O grande cliente disso é a MPE. Será criado um Grupo de Trabalho e, ainda neste ano, deveremos ter uma primeira ideia de como o sistema brasileiro funcionará”, detalhou José Ricardo. “O principal objetivo é permitir acesso a crédito facilitado e taxa de juros reduzida para as micro e pequenas empresas”, finalizou.

Inovação é fundamental para o setor de Comércio e Serviços, afirma secretária-executiva do MDIC

09/05/2018 – Fonte: MDIC



Yana Duramesq participou da abertura do Movimento para Inovação em Comércio e Serviços na Confederação Nacional de Comércio

A inovação e a gestão de negócios são os temas centrais do Movimento para Inovação em Comércio e Serviços (MOVIN 2018), evento que ocorre até amanhã em Brasília, na sede da Confederação Nacional de Comércio (CNC), e reúne lojistas, empreendedores e entidades representativas de comércio e serviços. A secretária-executiva do Ministério Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Yana Duramesq, participou da mesa da abertura do evento ao lado do ministro do Trabalho, Helton Yomura, do vice-presidente da CNC, Roberto Tadros e da diretora técnica do Sebrae, Heloisa Meneses.

Para a secretária do MDIC, o tema do MOVIN deste ano reflete a modernidade e a necessidade do setor acompanhar as rápidas tendências de mercado. “A inovação tornou-se uma questão de sobrevivência para o setor de comércio e serviços. O mundo digital influencia o ambiente de competitividade onde as grandes, médias e pequenas empresas estão atuando. Agora o consumidor passa a priorizar mais a experiência do que o próprio produto. Essa é uma tendência mundial”, pontuou.

A porta-voz do MDIC reforçou para os participantes do evento a atuação da pasta, por meio do trabalho da Secretaria de Comércio de Serviços (SCS). “O MDIC está apoiando e vai apoiar cada vez mais esse setor a se apropriarem e navegarem nesse novo ambiente. Destaco aqui a atuação da nossa SCS à frente do Fórum de Competitividade do Varejo (FCV) que frequentemente discute e traz temas prioritários do setor”, disse.

O FCV realiza reuniões regulares com as principais entidades representativas do comércio, entre elas a CNC e o Sebrae. Tem como missão, discutir e encaminhar temas prioritários definidos em conjunto pelos setores público e privado e tem importante papel de inserir o varejo nas discussões das diversas políticas públicas.

Outro ponto destacado por Duramesq foi a contribuição do Fórum para a modernização das questões trabalhistas. “Foi em contato com o setor que colhemos informações para negociar alterações nos marcos regulatórios nos meios de pagamento.

Outro bom exemplo é que, no final de 2017, MDIC, Ministério do Trabalho e da Fecomercio de São Paulo assinaram o Acordo de Cooperação Técnica para elaboração de uma série de cartilhas sobre temas trabalhistas. O primeiro caderno foi lançado em

dezembro do ano passado e já estamos na elaboração de um segundo caderno sobre relações trabalhistas”, lembrou.

MOVIN 2018

O evento é coordenado pela confederação Nacional do Comércio (CNC) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que abrem espaço para diálogo entre lojistas, empreendedores e entidades representativas de comércio e serviços.

O objetivo é possibilitar o conhecimento de tendências e apresentação de boas práticas relacionadas à inovação, de forma a proporcionar a adequação dos processos e modelos de negócios, promovendo ganhos de competitividade.

As ações desenvolvidas durante a programação visam promover o debate de tendências, inovações e gestão dos negócios em um cenário de mudanças tecnológicas que impactam as relações entre as empresas e os consumidores.

Brasil e mais 40 países apresentam manifesto na OMC contra guerra comercial

09/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os signatários incluem Argentina, Chile, Coreia do Sul e Turquia

Em um contexto de crescente preocupação quanto à escalada global entre os Estados Unidos e a China, um grupo de 41 países —incluindo o Brasil— apresentou um manifesto à OMC (Organização Mundial do Comércio) pedindo que essa entidade impeça uma guerra comercial.

O texto circulou por impresso na segunda-feira (7) durante um encontro informal das delegações em Genebra, antecedendo a reunião oficial do Conselho Geral nesta terça-feira (8).

Enquanto diversas das missões aderiam ao manifesto, ele foi lido pelo representante permanente da Suíça, Didier Chambovey, em nome de todo o grupo. Os signatários incluem Argentina, Chile, Coreia do Sul e Turquia. Poucos europeus, com a exceção de Suíça e Islândia, participaram.

“Estamos preocupados com as crescentes tensões comerciais e com os riscos relacionados a elas para os sistemas multilaterais de troca”, diz o texto. “Encorajamos os membros da OMC a se abster de adotar medidas protecionistas e resolver as diferenças por meio de diálogo.”

A questão das guerras comerciais e do protecionismo têm se tornado urgente nas relações internacionais, com as diversas sinalizações do presidente americano, Donald Trump, de que favorece uma abordagem mais isolacionista do que seu antecessor no cargo, Barack Obama. Trump é, ademais, crítico à própria atuação da OMC —cujo diretor-geral é o brasileiro Roberto Azevêdo.

No caso do Brasil, a preocupação maior é com as sobretaxas impostas pelos EUA a diversos países. Em especial, as cotas do aço, consideradas inaceitáveis por Brasília. O governo do presidente Michel Temer (MDB) já disse que não descarta recorrer à OMC.

O Brasil foi abordado pelos coordenadores do manifesto de segunda-feira e avaliou que o texto refletia as preocupações do país, também quanto aos mecanismos de apelo da OMC. Apesar de a expressão “guerra comercial” não aparecer no documento, a ideia é entendida pelo contexto dos atritos entre os EUA e a China. Em outras ocasiões, a OMC emitiu alertas sobre os riscos desse tipo de embate para o crescimento global.

Em discurso na OMC durante a segunda-feira, em uma manifestação individual paralela ao manifesto, o embaixador brasileiro Evandro Didonet pediu que os países-membros evitem novas fricções comerciais. Ele também insistiu em que o Brasil tem três prioridades imediatas: agricultura, pesca e desenvolvimento.

Acrefi diz acreditar em crescimento do crédito da ordem 7% em 2018

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

As concessões de crédito à pessoa física este ano deverão crescer algo como 7%, segundo previu nesta terça-feira, 8, o presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Hilgo Gonçalves. De acordo com ele, o crédito continua andando porque, a despeito de a taxa de desemprego estar muita alta, não se fala no Brasil de grandes demissões.

Segundo ele, na medida em que as pessoas vão vendo que seu emprego não corre risco, elas passam a ter mais confiança para contrair crédito. Hilgo ressalta que o crédito está crescendo pouco, mas de forma consistente, em linha com uma economia que está crescendo ainda forma lenta.

O crescimento previsto para o crédito pessoa física esperado pela associação neste ano será dentro de um cenário de crescimento do PIB na ordem de 2,5%, juro básico de 6,25% e inflação de 3,4%.

Acrefi diz que cadastro positivo beneficia cidadão e pequenos empresários

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Cadastro Positivo, se aprovado de acordo com o que está sendo discutido na Câmara, será o divisor de águas em termos de benefícios ao cidadão e aos pequenos empresários, disse nesta terça-feira, 8, o presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Hilgo Gonçalves.

Recém-reeleito para o biênio 2018/2020, o executivo fez uma defesa eloquente do Cadastro Positivo ao afirmar que o instrumento desempenhará papel de ampliar o crédito no País via aumento da competitividade entre os bancos.

“Com a maior competitividade entre os bancos, as taxas de juros serão reduzidas e os prazos alongados”, disse o presidente da Acrefi, acrescentando que acredita na redução dos spreads e dos juros sobre as operações de crédito por esta questão se configurar um dos principais pilares da Agenda BC+, do Banco Central (BC).

“Acreditamos na redução do custo do crédito porque ela é um dos pilares da Agenda do Banco Central”, disse o presidente da Acrefi. Para ele, com a provação da inclusão de todos os dados de crédito dos consumidores, as instituições financeiras, como fazem no exterior, passarão a avaliar o risco de crédito do tomador com base no seu comportamento e não mais com base na renda.

A avaliação com base no comportamento terá impacto no prazo porque um candidato a tomador crédito que tem uma renda baixa mas que é um bom pagador terá o seu pedido de crédito aceito para pagar em um prazo mais longo.

Hilgo Gonçalves defendeu também que não haverá grandes riscos de as informações dos clientes constantes no Cadastro Positivo caírem em mãos erradas ou serem mal utilizadas pelas instituições financeiras. Segundo ele, as informações sigilosas continuarão sendo protegidas. Para ele, o que o cadastro vai compartilhar são os scorings dos clientes, ou seja o comportamento de crédito.

O presidente da Acrefi citou uma pesquisa feita em vários países em que vigora o Cadastro Positivo, segundo a qual apenas 0,03% de todos os clientes listados fizeram algum tipo de reclamação sobre uso indevido de suas informações.

Turbulência na Argentina afeta comércio com Brasil, dizem economistas

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Vendas entre Brasil e Argentina tendem a sofrer, em especial no setor automotivo



Casa de câmbio em Buenos Aires - Marcos Brindicci/Reuters

Em meio à forte crise cambial na Argentina, os temores de analistas brasileiros passam ao largo do mercado financeiro e se fixam nos estragos sobre o comércio entre os dois países.

Diferentemente de outras crises, um robusto volume de reservas em moeda estrangeira de quase US\$ 400 bilhões, dá ao Brasil certo conforto com relação à trajetória da inflação, dos juros e até mesmo do real --que desde meados de abril caiu cerca de 5%.

Com a perda de prumo da Argentina, são as exportações para o país vizinho, em especial de automóveis, que podem sair machucadas.

"É esse o principal canal de contágio do Brasil", diz Lívio Ribeiro, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

Em 12 meses até abril, diz Ribeiro, a balança comercial da cadeia automotiva entre Brasil e Argentina teve um saldo positivo a favor do Brasil de cerca de US\$ 5 bilhões. A importância disso para o Brasil pode ficar mais clara ao se dimensionar o número, que é quase 10% do saldo comercial total entre os dois países.

"A Argentina pode não ser muito importante para o mundo, mas é muito para a gente", diz Ribeiro.

Um executivo da FCA (Fiat Chrysler Automobiles), confirma que a elevação dos juros deve reduzir o mercado interno argentino e, por consequência, afetar as exportações brasileiras para o país. Maurício Molon, economista-chefe do Santander, ressalta que 70% das exportações de automóveis do Brasil vão para a Argentina.

Como as vendas externas do setor automotivo correspondem a 25% do total da produção, diz Molon, uma queda de 10% das exportações de veículos poderia afetar entre 2% e 2,5% da produção total de veículos -trazendo consequências para a produção industrial, cuja reação em 2017 foi bastante influenciada pelo setor automobilístico, e para atividade econômica em geral.

Os efeitos da crise Argentina sobre os mercados financeiros preocupam menos, diz Molon, porque os fundamentos externos brasileiros são favoráveis: o déficit nas transações externas do Brasil é de cerca de 0,7% do PIB (Produto Interno Bruto), enquanto na Argentina superou 4,5%.

Além disso, o Brasil é credor externo e tem uma inflação baixinha para acomodar os solavancos do dólar, o que não acontece com o país vizinho, cuja inflação ronda os 25%. "É por isso que, aqui, a gente discute operações para suavizar a alta do dólar enquanto lá eles foram direto ao FMI", diz Molon.

"Não vejo nenhum impacto, temos uma situação totalmente diferente da Argentina", disse o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, ao assegurar que não há canal de contágio entre os dois países, em razão da situação externa brasileira confortável, financiada por investimentos estrangeiros e reservas elevadas.

Ribeiro, da FGV, ressalta, no entanto, que a saída de investidores da Argentina pode, de alguma forma, favorecer outros países da região --não necessariamente o Brasil.

Se a ideia do investidor é levar seu dinheiro para mercados mais estáveis na América Latina, o Chile estaria em vantagem por ser, entre os maiores mercados (Brasil, México e Colômbia), o único em que o resultado das eleições presidenciais já é conhecido.

Dólar está ficando forte no mundo todo, não apenas no Brasil, diz Ilan

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, afirmou na noite desta terça-feira, 8, que a instituição trabalha para garantir o bom funcionamento dos mercados e para não deixar que ocorram exageros ou excessos, em meio à recente disparada do dólar.

Em entrevista ao vivo à GloboNews, Ilan ressaltou que o fortalecimento da moeda americana ante o real está relacionado à normalização das condições monetárias nos Estados Unidos e não à economia brasileira.

"O que está acontecendo no mundo é que o dólar está ficando forte, é a normalização das condições monetárias nos Estados Unidos. O dólar fica forte, todas as outras moedas ficam mais fracas.

Não é uma questão de Brasil, Colômbia, México ou Argentina. É uma questão do dólar ficar forte. Então, nesse caso, o que temos de fazer é garantir o bom funcionamento dos mercados. Que a mudança de preço ocorra de uma forma normal. E para isso vamos sempre estar olhando, monitorando, intervindo quando for necessário, e não deixar nenhum exagero, nenhum excesso, tudo funcionamento como deveria ser no regime de câmbio flutuante", disse.

A entrevista à GloboNews ocorreu na noite do último dia antes do início do chamado período de silêncio dos dirigentes da instituição, que sempre começa na quarta-feira da semana anterior ao início da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e vai até o dia da publicação da ata do encontro. Nesse intervalo, os dirigentes do BC evitam dar entrevistas à imprensa ou falar em público sobre temas relacionados à política monetária. O anúncio da decisão de política monetária está marcado para a quarta-feira, 16.

Na última pergunta da entrevista, quando um dos jornalistas pediu a Ilan que, antes da reunião do Copom, deixasse uma mensagem final aos telespectadores sobre a recente turbulência dos mercados financeiros, ele respondeu:

"A mensagem é que essas questões que ocorrem no mundo, mas que não são problema do Brasil. O Brasil recebe isso como qualquer outro país do mundo. A subida do dólar é uma subida normal, uma subida normal em relação ao resto do mundo e não é questão do Brasil."

Com alta do dólar, exportadores e importadores correm para 'travar' câmbio

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

A valorização recente do dólar – só nos últimos três meses, a moeda subiu quase 10% – desencadeou uma corrida por proteção cambial nas empresas de comércio exterior.

O movimento mais forte se deu entre exportadores, que ficaram mais propensos a “travar” a taxa de câmbio pela qual receberão por produtos vendidos ao exterior depois da alta que colocou o dólar de volta ao patamar superior a R\$ 3,50.

Mas também houve aumento nas contratações de hedge (proteção) por parte dos importadores, que não querem se expor ao risco de a moeda americana se valorizar ainda mais e eles terem que pagar mais em reais pelos produtos que encomendam do exterior.

Segundo balanço feito pela B3, a bolsa por onde passam essas transações, a pedido do Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, as operações de venda de moeda em contratos a termo, usadas por exportadores, alcançaram US\$ 18,1 bilhões em abril, 75% acima da média mensal dos últimos 12 meses.

Na comparação com abril do ano passado – quando o dólar era, na média, negociado a R\$ 3,14 -, houve alta de 83% no uso desse instrumento, onde é possível fixar a taxa de câmbio pela qual as empresas vão vender dólares em data futura.

Em apenas quatro meses, as empresas protegeram US\$ 49,8 bilhões em contratos a termo de venda de dólares, o que já corresponde a 42% do hedge feito em todo o ano passado: US\$ 117 bilhões.

Já do lado das contratações de hedge para compra de dólares, onde atuam as empresas importadoras, o montante protegido chegou a US\$ 14,1 bilhões em abril, o maior valor em onze meses.

Segundo Fábio Zenaro, diretor de Produtos da B3, os números de um instrumento muito utilizado para proteger operações de comércio exterior do risco cambial sugerem que o dólar chegou a um nível percebido como mais rentável por exportadores.

“Quando o câmbio tem uma subida rápida, o exportador vê a oportunidade de transformar dólares em reais por uma taxa de conversão mais atraente”, afirma.

Já do ponto de vista dos importadores, a busca por proteção, avalia o executivo, pode estar relacionada a uma visão de que o cenário vai piorar ainda mais nos próximos meses.

Os motivos são, principalmente, a possibilidade de aumento dos juros nos Estados Unidos mais rápido do que se esperava e as incertezas sobre a sucessão presidencial no Brasil.

Para o diretor da B3, a maior procura por seguro contra as oscilações do dólar reflete mais a preocupação das empresas com a volatilidade recente do câmbio do que um aumento de demanda provocado pelo barateamento dos contratos de hedge, um resultado da menor diferença entre os juros do Brasil e dos Estados Unidos.

“As empresas poderiam ter feito antes essa proteção, mas não previam um aumento tão significativo do dólar”, afirma Zenaro.

Fundos de investimento ultrapassam 14 milhões de contas até abril, diz Anbima

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os fundos de investimento tiveram captação líquida de R\$ 57,6 bilhões até abril, período em que o setor ultrapassou a marca de 14 milhões de contas. O volume, conforme dados publicados nesta terça-feira, 7, pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), é mais de 62% superior à média verificada entre os meses de janeiro e abril dos últimos quatro anos, de R\$ 35,4 bilhões.

O crescimento foi puxado, conforme a entidade, pelos fundos multimercados, que investem em ações, juros e câmbio, com uma captação de R\$ 40,2 bilhões no acumulado do ano até abril, respondendo por 70% do total da indústria. Ante o mesmo intervalo de 2017, a alta foi de 24,6%. Em seguida, vêm os fundos de ações e de previdência, com R\$ 9,9 bilhões e R\$ 6,6 bilhões, respectivamente.

Na outra ponta, os fundos de renda fixa totalizaram resgates de R\$ 4,6 bilhões nos primeiros quatro meses de 2018, impactados pela queda dos juros no País. Tanto é que no ano passado, essa categoria de produtos havia levantado R\$ 49,9 bilhões entre janeiro e abril.

Melhores retornos

No quesito rentabilidade, o destaque do primeiro quadrimestre foram os fundos de ações. De acordo com a Anbima, em linha com o Ibovespa, que rendeu 11,3%, o tipo Indexados (aqueles com o objetivo de replicar as variações de indicadores de referência do mercado) acumulou retorno de 11,69% e o Ações Índice Ativo (cuja gestão tem o objetivo de superar o respectivo benchmark) atingiu 11,15%.

Já entre os multimercados, o tipo Long and Short Direcional, que faz operações de ativos e derivativos ligados à renda variável, montando posições compradas e vendidas, acumulou rentabilidade de 7,09% de janeiro a abril.

Na renda fixa, os maiores retornos, conforme a Anbima, vieram dos fundos com vencimentos mais longos, como o tipo Duração Alta Soberano (que investe somente em títulos públicos federais do Brasil com prazos maiores), que chegou a 3,69%.

McLaren chega ao Brasil com carros de até R\$ 8 milhões

09/05/2018 – Fonte: Tribuna PR

Na primeira loja de automóveis da McLaren no Brasil, inaugurada na última terça-feira, 8, em São Paulo, escolher o acabamento do carro requer cuidado. Dependendo da seleção, a diferença de preço do veículo pode chegar a R\$ 1 milhão. "O acabamento em fibra de vidro acrescenta £200 mil ao preço (ou quase R\$ 1 milhão)", exemplifica Bruno Senna, sobrinho de Ayrton Senna e embaixador da McLaren.

No segmento de carros de luxo, a McLaren se classifica dentro dos itens exclusivíssimos. Por aqui, os modelos começam a R\$ 1,9 milhão. O maior preço, de R\$ 8 milhões, é o modelo do McLaren Senna, batizado em homenagem ao piloto brasileiro.

Segundo Henry Visconde, diretor da Eurobike, representante oficial da marca no Brasil, o superesportivo tem edição limitada a 500 unidades em todo o mundo. Para o Brasil, estão disponíveis apenas duas unidades, com entrega previstas somente para o ano que vem. No entanto, ambas foram vendidas antes mesmo da inauguração da loja da marca.

Segundo Visconde, a McLaren é uma das poucas montadoras importantes de superesportivos que não estavam no Brasil. O País já tem revendas oficiais de Ferrari, Maserati e Lamborghini (todas são representadas pelo grupo Via Italia).

Enquanto a McLaren aporta por aqui, a Aston Martin e a Bentley deixaram de ter representações oficiais no Brasil. Com a crise que atingiu todos os segmentos de carros nos últimos três anos, as duas montadoras britânicas fecharam as operações que mantinham no País.

Embora a economia ainda esteja crescendo pouco, o executivo da McLaren diz que a negociação com a marca se estendeu por vários anos – e os investidores locais não queriam perder a oportunidade de oferecer o produto, que antes chegava só por importações independentes. “Sabemos que o momento não é bom, por causa da queda do mercado e a alta do câmbio”, explica Visconde.

Mercado

O mercado de carros de luxo, que teve forte retração em 2016 e 2017, começa a dar sinais de recuperação. Nos quatro primeiros meses de 2018, os segmentos premium e de alto luxo venderam 15.153 unidades, 21,7% a mais ante igual período de 2017, ano em que esses produtos tiveram o pior desempenho em vendas desde 2012, com 47,3 mil unidades. Estão nessa conta marcas como Audi, BMW, Ferrari, Jaguar, Lamborghini, Land Rover, Lexus, Maserati, Mercedes-Benz, Porsche, Rolls Royce e Volvo.

O crescimento dos modelos de luxo, segundo a Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores (Abeifa), se equipara ao do mercado total de automóveis e comerciais leves, com alta de 20,4%, somando 738,5 mil unidades.

Nos primeiros anos da crise, em 2013, 2014 e 2015, as vendas totais de automóveis e comerciais leves caíram 0,9%, 7,1% e 26,6%, respectivamente, enquanto as de modelos premium cresceram 38,4%, 18,2% e 16,4%. Foi nesse período que Audi, BMW, Mercedes-Benz e Land Rover abriram fábricas no País.

Já em 2016, quando o mercado total caiu 20%, os modelos de luxo despencaram 26,5%. No ano passado as vendas em geral começaram a se recuperar, com expansão de 9,2%, enquanto os luxuosos ainda caíram 2,8%.

Análise

Para a economista Cristina Helena Pinto de Mello, pró-reitora de Pesquisa da ESPM, enquanto grupos estabelecidos da classe alta continuaram a trocar seus carros de luxo anualmente, a classe emergente, que não tem renda estável, manteve o carro antigo na crise. “Esse grupo caracteriza a lentidão desse segmento.”

Empresa quer trazer modelo de pista ao Brasil

Durante a inauguração da concessionária da McLaren foi mostrado o modelo Senna GTR, versão de pista do modelo que terá apenas 75 unidades produzidas. “Temos um interessado no Brasil, mas, por enquanto, não conseguimos trazer nenhum exemplar”, disse Henry Visconde, diretor da Eurobike.

Os demais modelos da McLaren à venda são o Sport Series 570S Coupé, 570S Spider e 570S GT, que custam entre R\$ 1,9 milhão e R\$ 2,1 milhões. Da linha Super Series há o 720S, que varia de R\$ 2,7 milhões a R\$ 3,1 milhões.

A concessionária da McLaren é a terceira representação da marca na América Latina, após México e Chile. A expectativa é vender 20 modelos no País em 2018.

Embraer revela projeto de veículo aéreo urbano movido a eletricidade

09/05/2018 – Fonte: R7

Pouso e decolagem serão na vertical, segundo anúncio da empresa brasileira nos Estados Unidos



A Embraer revelou pela primeira vez seu conceito para um veículo voador elétrico para transporte urbano.

Conhecido pela sigla eVTOL, o projeto deve ser lançado até 2020 e faz parte de uma ação de desenvolvimento da empresa norte-americana Uber.

O conceito da Embraer assemelha-se a um helicóptero mas, em vez de combustível fóssil, usa eletricidade.

Além disso, no lugar de um único rotor no topo e outro menor na cauda, a aeronave para quatro passageiros e piloto tem dois conjuntos de quatro pequenos rotores acima da cabine e um rotor maior montado perpendicularmente na cauda, para dar propulsão na horizontal.

A ideia da fabricante brasileira de aviões foi exibida nesta terça-feira (8) durante evento do Uber em Los Angeles, nos Estados Unidos.

"A mobilidade urbana está prestes a ser transformada e estamos determinados a ter um papel fundamental nesse importante mercado", disse o presidente-executivo da Embraer, Paulo Cesar de Souza e Silva, em comunicado à imprensa.

Gerdau reverte prejuízo e tem lucro líquido ajustado de R\$451 mi no 1º trimestre

09/05/2018 – Fonte: R7

A siderúrgica Gerdau registrou lucro líquido ajustado de 451 milhões de reais no primeiro trimestre, ante prejuízo de 34 milhões de reais registrado no mesmo período do ano passado, informou a empresa nesta quarta-feira.

Sem ajustes, o lucro líquido consolidado caiu 45,6 por cento na comparação anual para 448 milhões de reais.

O lucro foi impactado pelo resultado financeiro negativo de 343 milhões de reais no período, ante resultado financeiro positivo de 54 milhões de reais no mesmo período de 2017.

O resultado operacional medido pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado foi de 1,484 bilhão de reais, alta de 74 por cento na comparação anual. Com isso, a margem Ebitda ajustada subiu para 14,3 por cento, ante 10,1 por cento no mesmo período do ano passado.

O conselho de administração da Gerdau aprovou pagamento de 136,15 milhões de reais, ou 0,08 real por ação, em juros sobre capital próprio a partir de 1º de junho, como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

A siderúrgica previu investimentos de 1,2 bilhão de reais em 2018 com foco em melhoria de produtividade e manutenção.

PSA usará transmissões Punch Powertrain em futuros elétricos e híbridos

09/05/2018 – Fonte: Automotive Business



Transmissão para elétricos e híbridos será fabricada dentro de uma das unidades do Grupo

O Grupo **PSA** escolheu a Punch Powertrain para fornecer as transmissões de seus futuros veículos **elétricos e híbridos**. A escolha foi motivada pela concepção moderna de uma nova caixa de câmbio de dupla embreagem patenteada, que permite diminuição do número de componentes e, portanto, do peso e do volume do conjunto.

Ainda segundo a PSA, a caixa proporciona bom desempenho e reduz o consumo de combustível ou energia com um custo competitivo. Em uma configuração de 48 volts, a transmissão equipará futuros modelos do Grupo PSA.

Tanto a Punch Powertrain como a PSA negociam a implantação da produção em uma das fábricas do grupo francês e a possibilidade de estender a parceria. A montadora decidiu acelerar sua transição para os modelos eletrificados (híbridos e puramente elétricos). Com isso, até 2025, todas as suas gamas de veículos terão versões elétricas ou híbridas.

Venda de usados registra alta de 5% até abril

09/05/2018 – Fonte: Automotive Business

Com 3,47 milhões de veículos negociados de janeiro a abril deste ano, o **mercado de usados** também está em alta, registrando crescimento de cerca de 5% na comparação com o mesmo período de 2017. As negociações de automóveis de passageiros e caminhões de segunda-mão puxaram os números para cima.

Segundo dados do Renavam divulgados esta semana pela Fenabrave, o volume de veículos leves (de passeio e utilitários) usados negociados entre janeiro e abril atingiu 3,35 milhões de unidades, em alta de 5%, o que equivale a 4,2 usados para cada 1 zero-quilômetro vendido no primeiro quadrimestre. O índice continua alto, visto que já esteve na casa dos 3 para 1 quando o mercado de novo era superior a 3 milhões/ano.

Com frota circulante maior, as quatro marcas mais tradicionais lideram o mercado de veículos leves usados no Brasil: Volkswagen (21,2%), Fiat (20,4%), GM (20,3%) e Ford (10,2%).

PESADOS

Os caminhões registraram o maior crescimento do mercado de usados no quadrimestre, com 107,3 mil unidades negociadas e alta de 5,4% no período, com 4,8 transferências para cada zero-quilômetro emplacado. A recuperação das vendas de caminhões novos, que registraram avanço 57,6% com emplacamento de 20,7 mil unidades nos primeiros quatro meses do ano, também acelera a roda do segmento de usados com renovação das frotas de transportadores.

O desempenho negativo vem dos ônibus, que não acompanham a alta das vendas de chassis novos (+43%). Foram negociados 15,4 mil usados em quatro meses, em queda de 5,1% sobre o mesmo período do ano passado. O índice é de 3,6 usados para um novo.

Mercedes-Benz e Volkswagen replicam no mercado de veículos usados pesados a mesma briga nos emplacamentos de novos, dividindo liderança e vice, mas com vantagem pouco maior da primeira, em função do maior tempo (62 anos) de estrada no País. Nas vendas de caminhões de segunda-mão, 37,4% são Mercedes e 21,7% são VW. Já entre os ônibus, as participações são de 56% e 18,4%, respectivamente.

Continental confirma produção de ESC no Brasil

09/05/2018 – Fonte: Automotive Business

Fábrica de Várzea Paulista fornecerá controle eletrônico de estabilidade a uma das quatro grandes

A **Continental** confirmou para o primeiro trimestre de 2019 o início da produção dos freios ABS com controle eletrônico de estabilidade (**ESC**) no Brasil. O componente será fabricado em sua unidade de Várzea Paulista (SP) e no primeiro momento vai suprir a demanda de uma das quatro grandes montadoras instaladas no País.

A produção local do componente foi antecipada por **Automotive Business** em julho de 2017 e ocorrerá também por força da legislação: a partir de 2020, todos os novos projetos de automóveis e comerciais até 3,5 mil quilos terão de sair de fábrica dotados de ESC. A partir de 2022 a regra valerá para todos os automóveis e comerciais até 3,5 mil quilos, inclusive os projetos antigos.

A fábrica de Várzea Paulista foi inaugurada em 2013 e já produz sistemas ABS para fornecimento a boa parte das montadoras instaladas no Brasil e para exportação à Argentina. A companhia também importa o ABS com ESC para fornecê-lo a modelos nacionais.

Tratado pela Continental como um sistema de terceira geração, o equipamento também é capaz de reduzir os espaços de frenagem: “Em piso molhado a 80 km/h, diminuimos a distância de parada de 42 para 40,6 metros”, afirma Menezes. A comparação foi feita entre o sistema ABS atualmente produzido e o que entrará em linha (com ESC) em 2019.

Em tempo, a sigla ESP também é empregada como controle eletrônico de estabilidade, mas é aplicada ao componente fornecido pela Bosch.

PRODUÇÃO CRESCENTE

De acordo com Menezes, o desempenho do mercado brasileiro superou as projeções da Continental, cuja produção está crescendo no mesmo ritmo das montadoras. Segundo a Anfavea, associação dos fabricantes, abril foi o 18º mês consecutivo de alta.

VW Caminhões desenvolve 8x2 para coleta de lixo

09/05/2018 – Fonte: Automotive Business

A MAN Latin America desenvolveu uma versão anabolizada da linha vocacional de **caminhões Volkswagen para coleta de lixo**, com quatro eixos e tração **8x2**. O novo VW Constellation 17.260 8x2 Compactor foi desenvolvido para as empresas de coleta do Grupo Solví em parceria com a KLL, que fornece a suspensão pneumática, e a Usimeca, que produz a caixa compactadora capaz de acomodar 19 m³ de resíduos.

Chamado de "supercaminhão de lixo", a versão do Constellation também é conhecida como Super Brutus Centopeia LB. O maior número de eixos e rodas e a caixa compactadora de alta capacidade garante aumento da carga útil e da produtividade da operação.



Segundo a MAN, além de melhorar a dirigibilidade do veículo e seu conforto, o sistema pneumático da suspensão tem tecnologia de nivelamento eletrônico, que permite controlar via computador de bordo a distribuição de carga e seu peso nos eixos, além de fazer a pesagem on-line da coleta. Com isso, é possível ampliar a durabilidade do sistema de suspensão e pneus, realizar controles precisos de sobrecarga ou subcarga, tornando a frota mais produtiva.

A versão vem com banco para três passageiros, agora com encosto de cabeça, transmissão automática, eixo dianteiro com pontas e suspensão reforçadas, eixo traseiro reforçado com relação simples e escapamento vertical.

A VW Caminhões e Ônibus atende o Grupo Solvi há 23 anos e já desenvolveu diversas soluções sob medida para o cliente, que resultaram em novas linhas produtos. A partir da necessidade de componentes específicos para a família Compactor, a MAN Latin America desenvolveu o pacote Robust, que hoje atende não só às demandas do segmento de coleta de lixo, mas também para outros veículos normais de produção.

O pacote Robust está disponível para a linha VW Constellation e confere maior robustez com custo menor do que veículos fora-de-estrada genuínos. Os modelos Constellation Robust têm para-choque curto e metálico para ampliar o ângulo de entrada, para encarar os mais difíceis terrenos.

Mercado de implementos acelera mais rápido no quadrimestre

09/05/2018 – Fonte: Automotive Business

O **mercado de implementos rodoviários** está avançando em ritmo ainda mais acelerado do que as vendas de caminhões. Segundo dados divulgados pela associação dos fabricantes do segmento, a Anfir, no primeiro quadrimestre do ano os transportadores adquiriram 12.149 carretas (reboques e semirreboques), acumulando crescimento de 83,8% e 5,5 mil unidades acima do registrado em igual período de 2017.

Já as implementações de carrocerias sobre chassis rígidos somaram 12.442 unidades, revelando alta de 41,1% na comparação com o ano passado.

No total, nos primeiros quatro meses do ano os fabricantes de implementos comercializaram 24.591 produtos, entre carretas e carrocerias, ou quase 10 mil unidades a mais em relação ao mesmo período de 2017, apurando crescimento de quase 60%.

De acordo com levantamento da Anfir, os quatro anos sucessivos de quedas nas vendas de implementos reduziram o mercado nacional em cerca de dois terços na comparação com 2013, quando o volume chegou a 177.876 unidades. "Foram tempos muito difíceis e que estão sendo superados aos poucos", comenta Fabris.

SEGMENTOS

O avanço do segmento pesado (+83,8%), de reboques e semirreboques, está sendo puxado pelo igualmente vigoroso aumento das vendas de caminhões pesados (+98,7%), graças especialmente ao agronegócio. Entre os tipos mais vendidos de carretas estão os graneleiros (3.016, +95,6%), basculantes (2.075, +54,9%) e canavieiros (1.009, +69,3%).

No segmento de carrocerias sobre chassis, embora a variação positiva de 41,1% seja expressiva, o desempenho porcentual é de menos da metade do verificado nas vendas de carretas. "O reaquecimento lento da atividade econômica nos centros urbanos reduz a velocidade de recuperação do segmento leve", analisa Mario Rinaldi, diretor executivo da Anfir.

O reaquecimento do mercado doméstico, no entanto, parece ter reduzido o apetite pelas exportações, que caíram 30,8% de janeiro a abril na comparação com os mesmos meses de 2017. Os fabricantes de implementos venderam para outros países apenas 639 carretas no quadrimestre.

BMW e Senai-SP vão erguer centro técnico de R\$ 3 milhões

09/05/2018 – Fonte: Automotive Business



Helder Boavida (esq.) e Paulo Skaf assinaram acordo para criação conjunta do novo centro técnico de treinamento

Instalação será usada para treinamento das divisões de carros e motos do grupo alemão

O Grupo **BMW** e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial São Paulo (**Senai-SP**) anunciam investimento conjunto de R\$ 3 milhões para a implantação de um novo centro técnico de treinamento na capital paulista. O local será utilizado na capacitação para as novas tecnologias em produtos e serviços das marcas BMW, Mini e BMW Motorrad (divisão de motos da BMW).

O centro será utilizado pelos funcionários da montadora, da rede de concessionários e por alunos e funcionários do Senai-SP, ainda em 2018. A nova instalação também será utilizada para aumentar a capacitação técnica em veículos elétricos e híbridos.

O acordo entre BMW e Senai foi assinado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) por Helder Boavida, presidente e CEO do Grupo BMW no Brasil, e por Paulo Skaf, que preside o Senai, a Fiesp e outras entidades. O Senai-SP do Ipiranga dedicará 800 metros quadrados de sua área para a implantação do novo centro técnico.